

## O que sobrou de nós: A resistência de uma história através dos objetos no Hospital Colônia Itapuã

What remains from us: A history that withstands through objects left at Hospital Colônia Itapuã

Helena Thomassim Medeiros\*  
Juliane Conceição Primon Serres\*\*  
Diego Lemos Ribeiro\*\*\*

**Resumo:** Este artigo apresenta uma reflexão sobre a preservação e apresentação, em forma de exposição, dos restos de histórias e memórias vinculadas ao Hospital Colônia Itapuã, considerando os objetos expostos no Memorial HCI como representantes dessas memórias. O hospital foi inaugurado em 1940 para abrigar pessoas diagnosticadas com hanseníase. Com a descoberta da cura desta doença, a partir de 1972, começou a receber pacientes do Hospital Psiquiátrico São Pedro. Em 2014 foi inaugurado o Memorial para apresentar a história da instituição e de seus pacientes, usando objetos testemunho, textos, itens cenográficos e mediação. Essa pesquisa busca problematizar como a cultura material, que se consubstancia na relação entre o ser humano e objeto, dentro de um espaço de memória, pode nortear a construção da narrativa formulada através das escolhas expográficas. Com este fim faz-se uma contextualização sobre estas discussões incluindo alguns aspectos considerados relevantes dentro da história dos museus, para então discutir elementos percebidos dentro do espaço em questão.

Palavras-chave: Hospital Colônia Itapuã. Cultura material. Museus. Memorial.

**Abstract:** The present article presents a reflection about the preservation and presentation, on exhibition form, of the remaining history and memories related to Hospital Colônia Itapuã, considering the objects exhibited at the Memorial HCI as representatives of these memories. The Hospital was inaugurated in 1940 to receive persons diagnosed with leprosy. However, with the discover of the cure, in 1972, it began to receive patients from Hospital Psiquiátrico São Pedro. In 2014 is inaugurated the Memorial, to present the institution and patients's history, using testimony objects, texts, theatrical items and mediation. The present text aims to comprehend how the material culture, consubstantiated on the relationship between man and object, is present as guide element inside the process of narrative construction, formulated by the expographical choices of this space of memory.

Key-words: Hospital Colônia Itapuã. Material culture. Museum. Memorial.

---

\* Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). E-mail: [helena\\_tm@outlook.com](mailto:helena_tm@outlook.com)

\*\* Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Professora do Curso de Museologia e do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). E-mail: [julianeserres@gmail.com](mailto:julianeserres@gmail.com)

\*\*\* Doutor em Arqueologia pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Curso de Museologia e do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). E-mail: [dlrmuseologo@yahoo.com.br](mailto:dlrmuseologo@yahoo.com.br)

## 1. Introdução

O Hospital Colônia Itapuã (HCI) foi inaugurado em 1940, na cidade de Viamão, região metropolitana de Porto Alegre no Rio Grande do Sul. Foi um dos últimos de uma série de hospitais colônia construídos no Brasil durante o governo de Getúlio Vargas, de 1930 a 1945. A finalidade era de isolar pessoas contaminadas pela hanseníase, doença também conhecida por seu antigo nome: lepra<sup>1</sup>. Sendo uma das doenças mais antigas que atinge a humanidade, a hanseníase foi durante muito tempo associada ao pecado, como um castigo divino, provavelmente devido à desfiguração, o temor da população e a exclusão dos doentes são aspectos recorrentes desta história<sup>2</sup>.

A estrutura física do HCI<sup>3</sup> foi organizada na forma de uma pequena cidade. Os doentes solteiros moravam em pavilhões, aos casais eram oferecidas casas geminadas. Havia praça, local para futebol, duas igrejas católicas (uma frequentada pelos pacientes e outra pelos funcionários), uma igreja evangélica, padaria, fábrica de sabão, lavanderia, um pavilhão de diversões com cinema, entre outras coisas.

O Hospital era administrado pelas Irmãs Franciscanas de Penitência e Caridade Cristã, que tratavam os pacientes seguindo ordens de um diretor-geral, que era médico. Havia uma freira, um professor e, posteriormente, um frei, contaminados pela hanseníase, que eram encarregados da educação e cuidado das crianças, sendo estes divididos de acordo com sua idade e sexo em pavilhões que serviam como alojamento e escola<sup>4</sup>. Os filhos saudáveis dos pacientes que nasciam no HCI eram encaminhados para a instituição Amparo Santa Cruz em Porto Alegre assim que saíam do ventre de suas mães, e viam seus pais de dentro de um ônibus que parava do pórtico que dividia a “zona sadia”<sup>5</sup> – destinada aos funcionários – da “zona suja” – habitada pelos doentes.

---

<sup>1</sup> Doença infectocontagiosa, transmitida pelas vias aéreas pelo bacilo *Mycobacterium leprae*, similar ao da tuberculose. Ela compromete os nervos da pessoa infectada, atingindo principalmente as extremidades do corpo – como mãos, pés, orelhas e nariz. Além de causar cegueira e dormência na face, desfigurando o paciente sem causar sua morte.

<sup>2</sup> Mais informações sobre a história da hanseníase podem ser vistas nas seguintes obras: (CUNHA, 2009; SANTOS, 2006; SAVASSI, 2010).

<sup>4</sup> Mais informações em: PROENÇA, Fernanda Barrinuevo. *Os escolhidos de São Francisco: a aliança entre Estado e Igreja para a profilaxia da lepra na criação e no cotidiano do Hospital Colônia Itapuã – (1930-1940)*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História, PUC-RS. Porto Alegre, 2005, 149 p.

<sup>5</sup> Segundo Serres (2004) o HCI era dividido em três “zonas”: sadia, intermediária e suja. Na primeira havia a moradia dos funcionários, incluindo o médico diretor e o administrador; na segunda o prédio da administração, padaria e a casa das Irmãs; no terceiro espaço viviam os pacientes.

Com a descoberta da cura para a hanseníase o número de pacientes diminuiu drasticamente. Em consequência disto, em 1972, pacientes do Hospital Psiquiátrico São Pedro passaram a ser transferidos gradualmente para o local. Atualmente vivem no HCI pacientes/moradores provenientes destes dois diferentes focos de atendimento atribuídos à instituição.

Dentre os anos de 1999 a 2001 funcionou um Centro de Documentação e Pesquisa (CEDOPE) no HCI. Foram recolhidos depoimentos, documentos, fotografias e objetos, realizando-se em 2000, uma exposição com tal acervo. Entre 2000 e 2018 ocorreram cerca de seis exposições que abordaram como um de seus temas a história deste local. Destaca-se a criação, em 2014, de um Memorial no prédio onde originalmente moravam as freiras. Com dois andares e um sótão o local abriga um acervo<sup>6</sup> formado por documentos dos pacientes – procedentes dos arquivos da instituição – e uma exposição com fotografias, itens pessoais, máquinas em desuso, arte sacra, textos expositivos, objetos decorativos e cenográficos, dentre outras coisas.

Torna-se sobremaneira relevante à discussão sobre o papel que assume a cultura material no contexto da história do HCI, em um cenário que traduz as vidas marcadas pela exclusão e retirada de direitos dos pacientes, e a construção do Memorial, que visa trazer a público estes temas, tendo como linha mestra os rastros e restos<sup>7</sup> dessas trajetórias.

Os objetos utilizados em uma exposição são elementos de uma narrativa que conectam os diversos temas apresentados. Entretanto, a este contexto podemos associar outros fatores: a relação entre o ser humano e a cultura material; o papel das coleções e museus na elaboração de uma “história oficial”<sup>8</sup>. Portanto, este artigo<sup>9</sup> visa discutir como estas questões se entrecruzam no Memorial HCI, levando em conta pequenas sutilezas percebidas quanto as relações de poder e a forma como

<sup>6</sup> Mais informações em: MEDEIROS, Helena Thomassim; SERRES, Juliane Conceição Primon. 2018)

<sup>7</sup> O conceito de “restos” ou “sobras” faz referência a ideia de que muitas vezes os objetos são fragmentos de trajetórias deixados pela história oficial que é “consumida”. Considerando que “O resto abandonado, o dejetivo, implica na circulação, no movimento. O resto como dejetivo incomoda com sua persistência a ser ainda, a permanecer.” (DEBARY, 2016, p.05, Tradução nossa). O HCI torna-se um exemplo disso no momento em que o considerarmos enquanto um local cuja função, muitas vezes, é o esquecimento – posto que as pessoas internadas eram isoladas de diversas formas. Tanto a materialidade quanto os relatos que ainda hoje permanecem são vistos enquanto testemunho do passado.

<sup>8</sup> Compreendendo o conceito de história oficial como: “[...] a historiografia produzida visando a defesa dos interesses tanto de um governante quanto de uma autoridade religiosa, de uma corporação urbana etc. [...] é um instrumento que visa divulgar uma imagem positiva daqueles nela interessados [...]” (KAGAN, 1995 *apud* SILVEIRA. 2011. p. 339).

<sup>9</sup> Este artigo é parte de uma pesquisa desenvolvida para uma dissertação do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – código de financiamento 001.

contamos, através de espaços de memória, a trajetória de pessoas marginalizadas, em especial os pacientes/moradores atingidos pela hanseníase.

## 2. Homem e objeto: uma relação de codependência

Para compreender a importância da cultura material devemos perceber que desde os primórdios da humanidade, o ser humano tenta reconstituir o que sente, pensa ou vivencia. Podemos ver esta necessidade de expressão nas pinturas rupestres, em rituais, cerimônias, na criação de monumentos e objetos, que serviriam como instrumentos mediadores da comunicação, necessidade que vai além da sobrevivência e está vinculada ao ato de compartilhar o mundo em nossa mente. Pomian (1984) comenta a existência da linguagem enquanto mecanismo de relação entre o visível e o invisível, colocando que “A necessidade de assegurar a comunicação linguística entre as gerações seguintes acaba por transmitir aos jovens o saber dos velhos [...] um conjunto de enunciados que falam daquilo que os jovens nunca viram e que talvez jamais verão” [POMIAN, 1984, p. 68]. Diante desta perspectiva poderíamos perceber que a relação do ser humano com a materialidade foi construída à medida que este interage com o que o cerca e aprende a fazer uso disso, a materialidade torna-se também um mecanismo de expressão e comunicação. Dohman (2013) comenta que:

A fabricação de objetos, bem como seu manuseio diário constitui parte substancial da odisseia humana, na medida em que esta relação com os artefatos estabelece o grande diferencial com o restante dos animais, que além de determinar a espécie dominante do mundo, passa a ser o legado físico que registra sua história (DOHMAN, 2013, p.32).

Com o desenvolvimento histórico e social da humanidade os objetos passam a simbolizar algo que está no mundo das ideias, que, por sua vez, se forma a partir de nossa vivência em sociedade e como representantes da cultura na qual estamos inseridos. Se, em um primeiro momento, o objeto é vinculado a uma utilidade prática como, por exemplo, a criação de pontas de lança para caça ou da cerâmica para uso doméstico, esta mesma materialidade adquire também função simbólica, como é o caso de urnas funerárias, feitas da mesma matéria-prima que vasos.

Pomian (1984) aponta para a distinção entre as *coisas* e os *semióforos*, o primeiro grupo está vinculado ao uso prático dos objetos, no segundo estão itens que “[...] representam o invisível, são *dotados de um significado*; não sendo manipulados,

mas expostos ao olhar, não sofrem usura” (POMIAN, 1984, p.71). O autor também comenta que:

O semióforo desvela seu significado quando se expõe ao olhar. [...] acede à plenitude do seu ser semióforo quando se torna uma peça de celebração; [...] a utilidade e o significado são reciprocamente exclusivos: quanto mais carga de significado tem um objeto, menos utilidade tem, e vice-versa (POMIAN, 1984, p.72).

Há uma relação simbiótica entre existência humana e os objetos. Os grupos humanos ao longo de nosso processo histórico e social estabeleceram uma ligação única com as coisas, ao ponto em que elas são sacralizadas e as cultuadas como se delas dependêssemos, e não ao contrário. Em termos, nossa existência, socialmente constituída, está condicionada aos objetos. Ao mesmo tempo em que fazemos objetos, estes nos fazem como sujeitos (GONÇALVES, 2007). Mendoza (2005, p.219, tradução nossa) comenta que: “[...] quem guarda algo na realidade não o guarda apenas para si e para sua própria memória, mas, potencialmente, o guarda para qualquer outro sujeito capaz de compreender – no futuro – o sentido desse objeto”.<sup>10</sup>

A relação de codependência entre o homem e os objetos se estabelece na medida em que o ser humano, que cria os objetos, passa a ver nele uma face invisível, e que estes começam a ser percebidos enquanto representantes de sua história, por conservar-se por mais tempo que seus criadores. Uma reflexão possível é a de que nos apegamos aos objetos porque eles permanecem e o medo da morte nos faz invejá-los. Por isso mantemos nossas vidas conectadas a materialidade, na esperança que um pouco de nós vivencie a imortalidade. Guarnieri (2010) comenta que:

Essa historicidade do Homem, de que ele se faz cada vez mais consciente ao mesmo tempo em que conhece sua finitude, leva-o a aspirar sua transcendência; essa transcendência que ele só irá encontrar no sonho que arquitetou, na ciência que produziu, no artefato que logrou construir, na compreensão que deu aos objetos do mundo ao redor, naturais ou modificados pelo seu trabalho, esse registro, esse trabalho irão agasalhar-se nos museus, sob a forma de objetos e artefatos, marcando a perenidade da ação e da inteligência compreensiva e modificadora do Homem, aquilo que marca a sua transcendência e redime sua finitude (GUARNIERI [1979], 2011, p.85).

Nosso apego à vida nos leva à consciência de que nosso tempo é fugaz, sendo assim, tanto artífices como possuidores querem, de alguma forma, romper as barreiras do tempo e chegar ao futuro. A ânsia de imprimir uma marca no mundo que nos cerca

<sup>10</sup> Texto original: “[...] quien guarda algo em realidad no lo guarda sólo para sí y para su propia memoria, sino que, potencialmente, lo guarda para cualquier otro sujeto capaz de comprender – en el futuro – el sentido de ese objeto.” (MENDOZA, 2005, p.219).

faz com que nos vejamos incapazes perante à natureza, assim, através da dominação de elementos desta, transformamos matéria em objetos e depositamos neles crenças e emoções na esperança de que possam permanecer como um híbrido entre o ser que fomos e o mundo que nos consome.

Estas reflexões servem como ponto de partida para buscarmos compreender que um objeto ao ser preservado e ocasionalmente musealizado, deixa de ser apenas um bem para se transformar em uma representação do passado no presente. Possamai, ao falar sobre o processo que leva objetos do cotidiano ao museu comenta que:

Como o indivíduo, obviamente, não guarda todos os objetos que passam pelas suas mãos ou circulam no seu cotidiano ao longo de sua vida, é correto supor que ele opera uma seleção entre as coisas materiais que vai guardar. A significação simbólica atribuída ao objeto é o que possibilita a sua conservação, num primeiro momento em casa e, posteriormente, no museu (POSSAMAI, 2010, p.66-67).

Há no ato de preservar a construção de uma relação simbólica entre o indivíduo e um bem material. A partir disso podemos supor que os objetos do Memorial HCI representam não somente o que é percebido pelo visitante, mas histórias de amor ou sofrimento relacionadas intimamente as pessoas responsáveis por transferir este bem de uma percepção utilitária para um “mediador de memórias”.

### **3. O objeto e a exposição: uma troca de olhares**

Há na relação entre a humanidade e o mundo material fatores que se entrecruzaram, como a ideia de patrimônio e a criação de museus, que não deixam de ser cenários onde expomos essa dinâmica. O patrimônio representa um elo entre passado e presente, e, muitas vezes, este vínculo ocorre por meio do bem material, considerando que ele tem mais resistência ao tempo, em que pese sua volatilidade semântica.

A ideia de se eleger um patrimônio estabelece que este bem, material ou imaterial, é representante de uma herança transmitida através das gerações ou que este referencial possui determinado valor, socialmente atribuído, para o futuro. Contudo, ao fazermos uma escolha sobre o que lembrar, também estamos optando por esquecer. Deste modo, percebemos que o conceito de patrimônio, tal como percebido no ocidente, está permeabilizado por processos de dominação, legitimação e esquecimentos de histórias, pessoas e culturas. Os museus também podem ser um

reflexo disto, ao desempenhar, historicamente, um papel na busca de uma “homogenia de memórias”.

A história dos museus no ocidente denuncia que essa instituição encena um trabalho para o reforço de uma identidade e a construção de uma história “única”. Bruno (2006, p.121), neste compasso aponta que: “[...] os museus são lugares da memorização, tanto quanto do esquecimento; são orientados para a consagração, valorização e preservação da herança patrimonial, mas também evidenciam preconceitos e dogmas [...]”.

Os museus são produto de uma civilização que liga a materialidade, o objeto, a uma cultura de poder. Alguns pontos relativos à história dos museus são recorrentes em diversos trabalhos: a origem do termo, a Revolução Francesa, a participação de Gustavo Barroso para a Museologia brasileira e o movimento da Nova Museologia. Estas questões podem ser elementos-chave para compreendermos como foi forjada a visão atual que temos sobre estas instituições. Segundo Bruno “[...] atitudes de observar, selecionar, valorizar, expor e guardar distinguem as sociedades humanas há milênios, dando origem às ações do colecionismo que, por sua vez, permearam as rotas que levaram ao surgimento dos museus” (BRUNO, 2006, p.123).

A origem do termo museu está vinculada a palavra grega *mouseion*, designado para se referir ao templo das musas<sup>11</sup>. Na mitologia grega elas são filhas da deusa *Mnemosine* (deusa da memória), sendo assim, os museus seriam os espaços onde os frutos da memória habitam. Chagas (2002) comenta que:

As musas [...] foram geradas a partir da união celebrada entre Zeus (identificado com o poder) e Mnemósine (identificada com a memória). [...] os museus vinculados às musas por herança materna (matrimônio) são “lugares de memória”; mas por herança paterna (patrimônio) são configurações e dispositivos de poder. Assim, os museus são a um só tempo: herdeiros de memória e de poder (CHAGAS, 2002, p.62).

Poderíamos então considerar os museus como representantes de uma memória que buscou, em diversos momentos, ser unificadora, dominando, selecionando e esquecendo. Um local no qual se expõem histórias e objetos, que podem ou não representar diversas camadas da sociedade, mas que exercem determinado poder de “verdade” sobre esta. O mesmo autor comenta sobre a dualidade desta instituição, considerando que “os museus podem ser espaços

<sup>11</sup> As musas são: Calíope (musa da eloquência), Clío (musa da história), Érato (musa da poesia lírica), Euterpe (musa da música), Melpômene (musa da tragédia), Polímnia (musa da poesia sagrada), Terpsícore (musa da dança), Talia (musa da comédia) e Urânia (musa da astronomia).

celebrativos da memória do poder ou equipamentos interessados em trabalhar com o poder da memória” (CHAGAS, 2002, p.62). Pelo que se percebe, historicamente estes locais estão associados à memória do poder, contudo, notamos em iniciativas como a do Memorial HCI espaços que buscam abordar o poder da memória.

Pomian (1984) destaca o importante papel das coleções nas relações de poder: uso de objetos como elementos de rituais fúnebres e oferendas aos deuses substituindo o sacrifício de humanos e animais; em Roma, com desfiles pela cidade apresentando objetos que haviam sido saqueados; com o cristianismo, a difusão do objeto enquanto relíquia, vinculado a acontecimentos e personagens do passado; no século XV, os “novos tesouros”, a arte e os objetos acumulados através de expedições. Percebemos que as coleções eram vinculadas ao poder das elites, clero e nobreza, e talvez, algumas destas ideias possam ter permanecido dentro dos museus através dos “heróis da nação” associados a uma “história oficial”.

Um dos elementos-chave para compreendermos essa relação entre homem e objeto, configura-se na proteção especial destinada aos semióforos e em sua exposição ao olhar, considerando que: “[...] os objetos não podem assegurar a comunicação entre dois mundos sem serem expostos ao olhar dos seus respectivos habitantes. Só se esta condição for satisfeita é que se tornam intermediários entre aqueles que olham e o mundo que representam” (POMIAN, 1984, p.66). Seja o olhar dos deuses, a ostentação do poder de dominação militar ou econômico a sociedade, expor torna-se essencial para a existência de um semióforo.

Nossa concepção atual de museu deriva, segundo Julião (2006), da Revolução Francesa, em que, com a transferência dos bens do clero e da nobreza para a nação, foram desenvolvidos métodos para o inventário e a gestão deste acervo, sendo assim:

[...] foram concebidas formas de compatibilizar esses bens “recuperados pela Nação” com as demandas de seus novos usuários, ou seja, o povo, o que, às vezes, implicava atribuir-lhes novas funções. No caso dos bens móveis, estes deveriam ser transferidos para depósitos abertos ao público, denominados, a partir de então, de museus (JULIÃO, 2006, p.19).

Durante o séc. XIX surgem na Europa museus, com o intuito de consolidar o Estado-nação, “nasciam imbuídos de uma ambição pedagógica — formar o cidadão, através do conhecimento do passado — participando de maneira decisiva do processo de construção das nacionalidades” (JULIÃO, 2006, p.19).

No Brasil os primeiros museus possuíam caráter enciclopédico, abordando as riquezas naturais. Segundo Santos (1996) por iniciativa de Dom João VI foram criados

os museus da Escola Nacional de Belas-Artes do Rio de Janeiro, iniciado com a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, em 1815 e o Museu Real em 1818. Reflexo da “inversão colonial” ocorrida, o Museu Real era “[...] tributário do colecionismo científico cultivado nas cortes europeias, [...] um prenúncio da nação emergente.” (JULIÃO, 2014, p.177).

A criação do Museu Histórico Nacional (MHN), em 1922, “[...] rompeu com a tradição enciclopédica dos museus brasileiros em favor da consagração do passado da pátria” (JULIÃO, 2014, p.179). A ideia de um museu histórico é levantada por Gustavo Barroso e acolhida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1918.

Abreu comenta que “O Museu Histórico Nacional tendeu a restaurar, conservar e legitimar o papel do Império e da nobreza brasileira no processo de formação da nacionalidade” (ABREU, 1991, p.95). Esta percepção levou a “[...] um discurso de esquecimento, deixando à margem negros, índios e mestiços e relegando a eles papéis secundários e/ou auxiliares para a compreensão dos grandes feitos históricos da elite branca [...]” (RIBEIRO, 2007, p.437).

O MHN teve seu modelo transplantado para outras instituições, e contribuiu para a museologia no País, posto que o primeiro curso da área, do qual Barroso foi o fundador, funcionou no Museu de 1932 a 1979, privilegiando uma história oficial muito vinculada ao papel das elites.

Nos anos 1920 começa a surgir uma nova concepção de patrimônio, vinculada a “[...] intelectuais empenhados em definir a singularidade nacional” (ABREU, 1991, p.93). A criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937, dentro do contexto político do Estado Novo, “[...] representou um refluxo dessa [daquela] concepção de patrimônio, ensejando embates de grupos de intelectuais, que disputavam o predomínio de suas ideias sobre passado, memória, nação e patrimônio” (JULIÃO, 2006, p.21). A atuação do SPHAN focou-se no tombamento de bens edificados, entretanto “[...] o tombamento termina por privilegiar bens que referem os grupos sociais de tradição europeia, que, no Brasil, são aqueles identificados com as classes dominantes” (FONSECA, 2009, p.64).

Houve medidas para impedir a evasão de acervo e para a criação de museus nacionais, apesar do MHN ter perdido seu espaço na coordenação dos museus, o SPHAN perpetuou alguns de seus princípios, como:

A abordagem de fatos e personagens excepcionais, a preponderância dos critérios estético e de raridade na formação das coleções, a história tratada sob a ótica das elites e do Estado e a ideia de que os museus deveriam educar o povo, preparando-o para o progresso e civilização [...] configurando uma política distante do ideal formulado por Mário de Andrade, que incluía a preservação de bens representativos da cultura popular (JULIÃO, 2006, p.23).

Chuva (2012) comenta que as décadas de 1970 e 1980 trouxeram novas percepções sobre o mundo, levando a reconfiguração do conceito de identidades nacionais, ampliando a concepção de patrimônio cultural: “[...] tal ampliação tem sido explicada em função da guinada antropológica no âmbito das ciências sociais, a partir da qual a cultura passou a ser observada como processo, e as relações cotidianas tornaram-se objetos de investigação” (CHUVA, 2012, p.157).

No campo da Museologia ocorreram em 1972 e 1984 as declarações de Santiago e Quebec respectivamente. A primeira traz como contribuição o conceito de Museu Integral que:

[...] se fundamenta não apenas na musealização de todo o conjunto patrimonial de um dado território (espaço geográfico, clima, recursos naturais renováveis e não renováveis, formas passadas e atuais de ocupação humana, processos e produtos culturais, advindos dessas formas de ocupação), ou na ênfase no trabalho comunitário, mas na capacidade intrínseca que possui qualquer museu (ou seja, qualquer representação do fenômeno Museu) de estabelecer relações com o espaço, o tempo e a memória – e de atuar diretamente junto a determinados grupos sociais (SCHEINER, 2012, p.19).

A Declaração de Quebec, segundo Chagas e Gouveia (2014), deu origem ao Movimento Internacional para uma Nova Museologia, caracterizada como:

[...] um movimento, organizado a partir da iniciativa de um grupo de profissionais, em diferentes países, aproveitando as brechas, ou sejam, as “fissuras”, dentro do sistema de políticas culturais instituídas, organizando museus, de forma criativa, interagindo com os grupos sociais, aplicando as ações de pesquisa, preservação e comunicação, com a participação dos membros de uma comunidade, de acordo com as características dos diferentes contextos, tendo como objetivo principal utilizar o patrimônio cultural, como um instrumento para o exercício da cidadania e para o desenvolvimento social (SANTOS, 2002, p.117)

No Brasil, vinculadas a estas mudanças também estava o processo de redemocratização do País, tendo repercussão na Constituição de 1988, desenvolvendo avanços como “[...] o reconhecimento de diferentes grupos sociais como sujeitos com direito à memória, a ampliação da noção de patrimônio, a

participação das comunidades no processo de preservação e a diversificação tipológica dos bens preservados” (JULIÃO, 2006, p.24).

A partir dos anos 1990 começamos a ver os museus mais próximos à lógica de mercado. Sobre isto Julião (2006, p. 27) alerta que “[...] ao serem convertidas em espetáculos, as exposições transformam os museus em espaços de mero consumo cultural, relegando para o segundo plano a sua função social e educativa, tão enfatizada nas últimas décadas”. Sobre as novas perspectivas museológicas, Santos (1996) aponta que:

O discurso da modernidade é uma falácia para a maioria dos museus brasileiros que, nos moldes do antigo Museu Histórico Nacional, de Gustavo Barroso, preserva o acervo de uma elite, apresenta um nacional sem conflito, cumpre o seu papel como suporte necessário a preservação de uma identidade nacional, desempenhando, assim, a “função anestésica” de preservação do patrimônio [...] (SANTOS, 1996, p.33).

Não há uma linearidade perante a forma como os processos de transformação da teoria museológica são aplicados: podemos ter museus que representam diferentes formas de pensar seu papel na sociedade coexistindo em um mesmo contexto social e temporal. Porém, percebemos que desde o seu nascimento o museu aparece vinculado à ideia de ser um local aberto ao público. Mesmo que no princípio este acesso fosse restrito às elites a exposição de bens materiais aparece como foco possibilitando uma “troca de olhares” entre homem e objeto, criador e criatura, visível e invisível, o efêmero e a eternidade. Talvez, como uma espécie de autoadmiração e reconhecimento o homem colecionou e preservou partes do mundo material que o cercava e aos quais ele atribuiu novas formas e significados. Pomian apresenta a seguinte reflexão:

Exatamente porque o museu é um depósito de tudo aquilo que de perto ou de longe está ligado à história nacional, os objetos que aí se encontram devem ser acessíveis a todos; e pela mesma razão devem ser preservados. Saídos do invisível, é para lá que devem voltar. Mas o invisível ao qual estão destinados não é o mesmo de onde são originários. Situa-se algures no tempo. Opõe-se ao passado, ao escondido e ao longínquo que não pode ser representado por objeto algum. Esse invisível que não se deixa atingir senão na e através da linguagem é o futuro. Ao colocar objeto nos museus expõem-se ao olhar não só do presente mas também das gerações futuras, como dantes se expunham outros ao dos deuses (POMIAN, 1984, p.84).

Sendo assim, os museus apresentam um legado histórico, vinculando o hoje e o amanhã, e dentro desta trama o objeto torna-se mediador de uma imaterialidade. As relações de poder, construídas nos primórdios da instituição museal, ainda são

fantasmas que rondam a eleição de objetos, a formulação de discursos e a montagem de exposições; o público ainda se vê como um visitante inoportuno e “verdades” ainda são transmitidas.

A única certeza que possuímos é a incerteza quanto ao futuro, de modo que reconhecemos na transmissão de elementos do passado – realizada pela preservação de bens materiais ou imateriais – a vontade humana de permanecer. O museu, o patrimônio e a sociedade encontram-se em constante processo de construção e reconstrução, graças a isto torna-se possível a existência de um memorial para tratar de temas como a exclusão. Caso contrário, supomos, a visão de pessoas diagnosticadas com hanseníase e retiradas de seus lares com o intuito de “proteger os sãos”<sup>12</sup>, seria apresentada, se o fosse, de forma natural, sem “traumas”, dentro da história oficial.

O objeto enquanto semióforo visa transmitir algo ao futuro a partir de sua exposição ao olhar. Com o desenvolvimento dos museus percebemos uma mudança no foco desta instituição que passa de uma instância de poder à um mecanismo de valorização e representatividade social. Através disso o Memorial HCI constrói uma narrativa sobre a vida de seus pacientes/moradores. A materialidade ali presente busca realizar esta comunicação. Contudo, percebemos que as escolhas feitas durante este processo de seleção possibilitam também outras problematizações.

Mesmo em locais onde estão representadas memórias de grupos marginalizados há influência das primeiras percepções de museus: personagens “heroicos”, passado sem conflitos, eleição de peças ou prédios vinculados as “elites”, entre outros hábitos perpetuados em nossos espaços de memória. A compreensão de que tais seleções não são fruto do acaso, mas de um processo de dominação e resistência, demonstra que pesquisar e problematizar estas iniciativas pode gerar reflexões sobre a representação humana e a preservação de trajetórias e memórias conflitantes em nossas instituições museais.

#### **4. O objeto no Hospital Colônia Itapuã: os restos que resistem ao tempo**

O Memorial HCI, inaugurado no final do ano de 2014, foi uma iniciativa de dois funcionários públicos: Marco Antônio Lucaora, que atualmente é coordenador do patrimônio dos hospitais estaduais, e Rita S. Camello, que hoje é coordenadora do

---

<sup>12</sup> Tendo em vista que na época de criação dos leprosários não havia tratamento eficaz para a hanseníase, sendo os hospitais colônia criados com a finalidade de isolar o doente para evitar que outras pessoas fossem infectadas.

acervo do HCI. O interesse pelo local surgiu porque o senhor Marco foi informado que existiam, nas dependências do Hospital, documentos e objetos desorganizados, e que tal acervo era do interesse de outras instituições.

A partir disso o senhor Marco decidiu organizar um arquivo e os funcionários do hospital indicaram que ele conversasse com a enfermeira Rita para ajudá-lo a conhecer a história do local e da doença hanseníase. Do diálogo entre eles surgiu a ideia de organizar um Memorial, sendo o recurso para este projeto, inclusive financeiro, obtido pelo senhor Marco através da venda de rifas e de quadros pintados por ele. A senhora Rita realizou pesquisas históricas e elaborou parte considerável dos textos expositivos.

O local escolhido para abrigar o acervo foi a antiga casa da Irmãs Franciscanas de Penitência e Caridade Cristã que coordenavam o HCI enquanto leprosário, ditando formas de comportamento e até mesmo crenças. Nesta conjuntura elas representavam o poder, em uma morada próxima ao pórtico de entrada da “área suja”, talvez, de onde pudessem vigiar a conduta dos pacientes.

Chagas (2002) comenta que: “Não é fruto do acaso o fato de muitos museus estarem fisicamente localizados em edifícios que um dia tiveram uma serventia diretamente ligada a estâncias que se identificam e se nomeiam como sedes de poder ou residência de indivíduos “poderosos”” (CHAGAS, 2002, p.64). E, como podemos observar a partir do recorte apresentado sobre a história dos museus, há – muitas vezes – vinculação entre bens patrimoniais e a memória de instâncias de poder.

Outros locais como os Pavilhões onde os pacientes/moradores viviam ou prédios que hoje estão vazios, mas que faziam parte da rotina dos pacientes do HCI, também poderiam ter sido escolhidos como sede do Memorial. Entretanto este se manteve no local onde o CEDOPE e outras atividades já eram realizadas. Nos textos expositivos também observamos a influência de outros projetos e pesquisas, tendo em vista o uso de *banners* elaborados para uma exposição realizada em 2000, fruto do trabalho do CEDOPE. Percebendo que:

O verdadeiro *museu* - o museu arquiconceito, gerador do termo - é portanto uma instância simbólica, que se articula e recria na interface com os tempos, espaços e representações de cada cultura; e assim, um espaço de relação. E pode assumir diferentes formas, que representam a visão de mundo dos diferentes grupos sociais, no tempo e no espaço - aquilo que seus criadores concebem como ‘o real’ (SCHEINER, 2013, p.363).

Os criadores e organizadores de locais como o Memorial HCI são responsáveis por tecer narrativas utilizando objetos, textos e cenografia enquanto pontos de ligação para uma ressignificação do passado. E, neste caso, observa-se a influência deles na eleição dos temas e peças utilizados. A exposição apresenta um grande foco na história da hanseníase – de interesse da senhora Rita –, e conseqüentemente do HCI, assim como quadros, obras de arte e peças cenográficas feitas pelo senhor Marco.

Realizando visitas em 2015 e 2017 ao Memorial identificamos alguns temas que norteiam a exposição, assim como a existência de cinquenta e seis espaços expositivos. De acordo com estes espaços relacionamos oito eixos temáticos, que são: história do HCI; história da lepra<sup>13</sup>; medicina no HCI; vida dos moradores hansenianos no HCI; vida dos moradores do setor psiquiátrico no HCI; religião e arte sacra; vida fora do HCI; trabalho administrativo do HCI.

A partir destes eixos percebemos que a vida dos moradores do HCI é um tema recorrente e que deveria ser a base desta exposição. Sendo assim, é importante sabermos que o acervo exposto foi recolhido de duas formas: através do contato com diferentes setores do Hospital que enviaram objetos que julgaram relevantes por serem antigos ou estarem sem uso; por meio de doações dos pacientes. Poderíamos considerar o segundo grupo de objetos, fruto das doações, representantes mais fortemente associados à memória que os pacientes do HCI querem transmitir.

Menezes (1998) menciona que “Relíquias, semióforo, objetos históricos: seus compromissos são essencialmente com o presente, pois é no presente que eles são produzidos ou reproduzidos como categoria de objeto e é às necessidades do presente que eles respondem” (MENESES, 1998, p.94). Sendo assim, a imagem de suas memórias no presente, o que estes doadores querem que permaneça, estariam vinculadas a tais materialidades. Estes bens representam um número pequeno dentro do Memorial HCI, sendo: fotografias na “Sala dos Amores”, para as quais foram pedidas autorizações e realizadas cópias para a exposição; uma cristaleira, onde estão guardados bibelôs, aparentemente comuns, sem que haja qualquer menção aos doadores ou suas histórias.

Percebemos que muitos dos objetos apresentados pelo Memorial eram utilizados nas atividades realizadas dentro do HCI, tanto para aspectos da vida ligados

---

<sup>13</sup> A denominação “lepra” foi escolhida para identificar este eixo expositivo tendo em vista que a alteração do nome para hanseníase é historicamente recendo, sendo a doença referida como lepra durante muitos séculos. Mais informações em: BRASIL. Lei nº 9.010, de 29 de março de 1995. Dispõe sobre a terminologia oficial relativa à hanseníase e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 de março de 1995. Seção 1. p. 4509. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9010.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9010.htm)>. Acesso em: 15 set. 2017.

ao entretenimento e sociabilidade quanto ao trabalho, seja ele no campo, na fabricação de comida, roupas, entre outros (Figura 1).



Figura 1. Máquina de Costura exposta no Memorial HCI  
Fonte: MEDEIROS, Helena Thomassim (2017).

Ao considerarmos que “As técnicas contam a história dos objetos na trajetória do homem através dos tempos, datando a materialidade artificial construída pelo homem e seus mais diversos segmentos, da produção à comunicação, da sociabilidade à subjetividade” (DOHMAN, 2013, p.43). Estes itens são também representantes históricos da sociedade interna e externa ao Hospital. Porém, diferente dos objetos doados, são fruto de um processo de seleção realizado pelos funcionários do HCI, os quais também fazem parte desta história, mas que teriam a percepção de trajetórias que não vivenciaram uma exclusão forçada ou uma doença estigmatizante.

Considera-se, no escopo desta análise, que: “[...] museus, bibliotecas, arquivos, institutos e academias são espelhos e palcos que encenam a dramaturgia da sociedade a que se referem e que ao articularem um determinado discurso, também condicionam o olhar e aprisionam o entendimento, a ciência e a arte” (CHAGAS, 2002, p.59). Tais espaços limitam e direcionam nossa percepção sobre o passado. Podemos relacionar a este tema a exposição de uma máquina de esterilização de cartas dentro do Memorial. Este item representa uma faceta perversa do isolamento: a separação. As cartas que os pacientes/moradores escreviam passavam por um processo de esterilização para serem enviadas, pois na época ainda não se conhecia exatamente qual era a forma de contágio da hanseníase (Figura 2).



Figura 2. Máquina de esterilização de cartas  
Fonte: MEDEIROS, Helena Thomassim (2017).

Meneses aponta para a ideia de que

qualquer objeto pode funcionar como documento e mesmo o documento de nascença pode fornecer informações jamais previstas em sua programação. Se, ao invés de usar uma caneta para escrever, lhe são colocadas questões sobre o que seus atributos informam relativamente à sua matéria-prima e respectivo processamento, à tecnologia e condições sociais de fabricação, forma, função, significação etc. - este objeto utilitário está sendo empregado como documento (MENESES, 1998, p.95).

Uma materialidade pode ser compreendida de diversas formas, isto irá depender de como extraímos informações dela e o que buscamos compreender. A peça em questão está posicionada entre outros objetos que remetem a “evolução da medicina”, em uma sala que faz menção ao médico Hansen<sup>14</sup>, mostrando o processo de compreensão da lepra, enquanto pecado para a hanseníase uma doença tratável (Figura 3).

<sup>14</sup> O médico norueguês Gehard Henrick Armauer Hansen (1841-1912) identificou em 1873 o bacilo causador da hanseníase, o *mycobacterium leprae*, contribuindo para que a doença fosse vista como tal e não mais como alguma “maldição” vinculada a conduta do enfermo.



Figura 3. Espaço expositivo sobre a história da medicina  
Fonte: MEDEIROS, Helena Thomassim (2017).

Ao considerarmos que “[...] remontar (museograficamente) ao passado é reinventar *um* passado, uma vez que dele guardam-se apenas restos” (CHAGAS, 2002, p.66, grifo do autor). Este objeto nos fornece um interessante estudo de caso, pois o local onde ele foi posicionado pode interferir na compreensão que o visitante terá sobre ele.

Há em outro espaço expositivo do Memorial HCI um quadro com uma carta datada de 1944, enviada de uma mãe para seu filho que era um dos internos do leprosário. Ela relata sua felicidade por saber sobre o casamento do rapaz dentro do HCI, deseja a felicidade do casal e demonstra esperar ansiosa pelo reencontro com ele e para conhecer a nora (Figura 4).



Figura 4. Carta de uma mãe ao filho interno.  
Fonte: MEDEIROS, Helena Thomassim (2017).

Caso a máquina de esterilização de cartas fosse colocado próximo a esta carta nossa percepção, enquanto visitantes, sobre os objetos teria outra conotação.

Possivelmente perceberíamos com maior facilidade que o que está sendo exposto é mais do que um item sobre a história da saúde, mas um exemplo de como esta trajetória interferiu na vida de pessoas.

Roque (2010, p. 51) afirma que: “Enquanto repositório de memórias, o museu só poderá exercer, em plenitude, a sua função patrimonial se proporcionar o uso e o conhecimento de seus espólios, conferindo-lhes um novo sopro de vida”. Um objeto é mais do que um simples bem tangível, ele é a representação de uma história, que será contada de acordo com as escolhas entre o que deverá ser lembrado ou esquecido, posto que:

[...] onde há memória há poder e onde há poder há exercício de construção de memória. Memória e poder exigem-se. O exercício do poder constitui “lugares de memória” que, por sua vez, são dotados de poder. [...] o jogo da memória e do poder está presente, e em consequência participam do jogo o esquecimento e a resistência (CHAGAS, 2002, p.69).

A própria existência de um espaço de memória é uma via de legitimação e construção de uma história oficial que será transmitida e recordada, passará por transformações e reapropriações, porém, o cuidado com ela é essencial, para que não esqueçamos que antes de qualquer coisa estamos falando de pessoas.

Entre coisas, troços e tralhas, o objeto atual confirma seu papel como uma extensão do homem, traduzido em objetividade externa ao ser, convertendo e consolidando-se como o instrumento material de sua existência e, em paralelo, sinalizando outro mundo permeado pelo sentido, no qual desperta o signo, sempre transformado no espetáculo de uma função (DOHMAN, 2010, p.76).

Ao analisar a trajetória dos moradores do HCI percebemos que em muitos momentos eles ficaram impotentes diante dos mecanismos de controle que governaram suas vidas. Se em um primeiro momento uma política pública de exclusão retirou os pacientes/moradores de suas casas e famílias, dentro do Hospital obedeciam às irmãs que coordenavam o local. Foi-lhes negado o direito a constituir família com a retirada de seus filhos e hoje se mantêm neste espaço, sem direito a posse das casas nas quais viveram. Ao “ganhar” um Memorial estão presentes em fotos e alguns objetos, mas, nas visitas guiadas não são vistos ou ouvidos, suas memórias são passadas ao visitante por terceiros. O Memorial apresenta uma versão dos fatos, sendo assim:

[...] não se pode cumprir a utopia de um discurso isento e neutro. Mesmo querendo manter a imparcialidade numa compilação de

dados reais e inequívocos, a forma como se organizam revela a faceta parcelar e fragmentada do grupo que a organizou [...] todos projetam o seu próprio horizonte onírico, as suas crenças e ambições, os seus instintos e emoções. [...] O reconhecimento destas influências, porém, não impede a validade do discurso museológico, desde que este assuma a orientação ideológica que lhe será subjacente e demonstre sua competência para veicular um ponto de vista, uma lógica racional e coerente, uma vertente do pensamento humano (ROQUE, 2010, p.51).

Desta forma, o que irá definir se o Memorial consegue ou não, com todas as suas limitações, atingir seu público e cumprir um papel na desestigmatização da hanseníase e dos pacientes do HCI, é a ressonância de suas ações. Gonçalves (2005) aponta que:

[...] um patrimônio não depende apenas da vontade e decisão políticas de uma agência de Estado. Nem depende exclusivamente de uma atividade consciente e deliberada de indivíduos ou grupos. Os objetos que compõem um patrimônio precisam encontrar “ressonância” junto a seu público (GONÇALVES, 2005, p.19).

O autor comenta que ao desenvolvermos um trabalho de eliminação das ambiguidades, ou seja, a formação de um discurso unificador, podemos colocar em risco o poder das ressonâncias, posto que:

Objetos materiais e técnicas corporais [...] não precisam ser necessariamente entendidos como simples “suportes” da vida social e cultural [...] Mas podem ser pensados, em sua forma e materialidade, como a própria substância dessa vida social e cultural. [...] os objetos fazem parte de um sistema de pensamento, de um sistema simbólico, mas deixam em segundo plano o fato de que eles existem na medida em que são usados por meio de determinadas “técnicas corporais” em situações sociais e existenciais (e não apenas em termos conceituais e abstratos). Eles não são apenas “bons para pensar”, mas igualmente fundamentais para se viver a vida cotidiana (GONÇALVES, 2005, p.22-23).

Talvez esteja nesta relação com a “vida cotidiana” a grande dificuldade para espaços de memória como o Memorial HCI, pois este local faz parte de uma rede de significados, ligados ao estigma da lepra, exclusão, conflitos de classes sociais, morte, dor, vida e luta. Mesmo que vinculada ao mundo externo – e aberta a ele, através do Memorial – o isolamento, ainda presente nesta instituição a afasta de uma “normalização” e de uma reincorporação social.

Posto que “[...] a cultura, quando autêntica, não se impõe de fora sobre os indivíduos, mas de dentro para fora, sendo uma expressão da criatividade destes” (GONÇALVES, 2005, p.31). Podemos considerar que, se o HCI precisa de um

trabalho de memória, é porque a linha cultural que une passado, presente e futuro foi rompida. Nesta perspectiva o Memorial busca refazer esta ligação através dos restos desta história.

O que restou de uma história de exclusão, preconceito, estigma, retirada de direitos, perseguições e reconstrução de uma vida dentro dos limites de uma instituição repressora – sobre alguns aspectos de liberdades individuais –, foram alguns poucos objetos escondidos em meio a diversos outros itens sem legendas e histórias sem nomes. Coisas que, sem um olhar atento, passam despercebidas.

Por mais que a ideia de uma “nova museologia” possa apresentar a importância de que espaços de memória sejam iniciados e geridos pelas comunidades que representam, o Memorial HCI demonstra que em alguns momentos é através do Estado – vistos nas figuras do senhor Marco e da senhora Rita – que ocorre a salvaguarda de bens. E, o recolhimento destes, além das narrativas a eles atribuídos, podem fazer com que estas histórias e vivências permaneçam por mais tempo a medida em que o trabalho seja continuado e ressignificado por nossa sociedade. A resistência e apresentação dos objetos no Memorial HCI também nos remete as pessoas que apesar das adversidades buscam transmitir suas histórias.

## **5. Considerações finais**

A relação entre o homem e a cultura material é uma discussão complexa, que associa o mundo físico e visível à imaterialidade criada pelo ser humano, da qual ele faz parte. Acrescido a este conflito está a relação entre memórias de exclusão e o estigma de uma doença milenar. Sendo assim, temos uma confusão de sentimentos e representações, aos quais cabem múltiplas interpretações.

Apesar do Memorial HCI estar localizado nas dependências do Hospital que abrigou e abriga pessoas que foram excluídas de nossa sociedade por estarem doentes, vemos a participação destas em poucos momentos. O prédio escolhido para abrigar e expor o acervo remete as freiras que coordenavam o local e, de certa forma, as vidas dos pacientes. A casa habitada por elas foi escolhida como sede deste espaço de memória e, antes disso, de outras iniciativas. Estando fora da “zona suja”, a qual os pacientes ficaram restritos por muitos anos e não apresentando as mesmas características das casas ou Pavilhões no qual estes viviam, que poderiam servir para mostrar como era seu cotidiano.

Os objetos expostos, que apesar de fazerem parte da trajetória da instituição, são fruto, em sua maioria, de um processo de seleção realizada pelos funcionários e não pelos moradores do local, que seriam os principais envolvidos nesta história já que o isolamento lhes foi imposto. Esta ação pode representar – levando em conta a relação íntima descrita anteriormente entre o ser humano e seus bens materiais – um olhar mais distanciado, pois os itens preservados e doados possuem um valor íntimo e o desejo da continuidade de uma história particular, mesmo estes sentidos estando ocultos e passando por reinterpretações.

O discurso e a mediação são feitos por funcionários do local, as histórias individuais nos são transmitidas por eles, sem que se faça uso, por exemplo, dos diversos documentários e entrevistas realizados com estes moradores. Durante a visita estes mesmos pacientes/moradores são acompanhados por guardas atentos que possibilitam o contato do visitante com eles apenas quando este faz parte da performance do Memorial. Sendo assim, há uma liberdade controlada de todos os lados, o que pode também ser visto como parte do cuidado com a exposição destas pessoas.

Uma das principais dualidades na criação de espaços de memória em lugares de sofrimento pode ser observada nesta iniciativa pois ao mesmo tempo em que há vontade de transmitir esta história para conscientizar a população, há necessidade de precauções para não cruzar a linha tênue que divide o que é individual do público.

Todavia, ao elegermos estes bens e construirmos uma mediação através da visão de funcionários e não dos pacientes/moradores excluídos e estigmatizados corremos o risco de “perder” elementos importantes e elaborar uma narrativa mais genérica que abordaria mais a instituição do que as vidas de pessoas. Esta opção, de trabalhar a instituição e não somente as pessoas, não é algo negativo, porém, ao observarmos que já existem outros museus e memoriais que abarcam a história da medicina, por exemplo, trazer a história e a perspectiva de indivíduos marginalizados de forma mais ativa poderia ser um diferencial para este espaço.

No fim, o que podemos perceber é que a vida e as histórias destes pacientes nunca estiveram realmente em suas mãos, pois sempre foram vítimas de mecanismos de controle que se impuseram. Hoje podemos ver este controle, na seleção e construção de memórias e histórias oficiais representadas pelo Memorial, que através de informações breves, anonimato e amenização dos problemas sociais que o HCI tem potencial para representar, constrói novamente uma bela história. O poder de suas vidas que antes estavam na mão das irmãs, hoje converte-se em poder sobre

suas memórias, que está na mão de pessoas que querem ajudar, mas que ao mesmo tempo retiram o protagonismo destas pessoas de suas próprias histórias.

A materialidade presente no Memorial HCI pode ser um fio condutor para diversas interpretações, aprendizados e reflexões, contudo é preciso que, não só o visitante esteja disposto a vivenciar tais experiências, mas que performance museal<sup>15</sup> deste local se mostrem receptivas à diversidade. Com a participação mais ativa de moradores, visitantes e organizadores, creio que este espaço de memória apresentaria potencial para tornar-se um sociotransmissor<sup>16</sup> destas memórias e canalizador para discussões sobre a repressão e a exclusão de diferentes grupos, tanto do passado quanto do presente.

Os objetos tornam-se importantes à medida em que resistem ao tempo, e essa resistência ganha uma nova simbologia quando associado a um local que resiste ao esquecimento, a pessoas que resistem ao estigma e aos afetos que resistiram a exclusão. A esperança de que essa história possa ser lembrada no futuro perpassa a relação entre a materialidade dos bens e a imaterialidade vinculada a diferentes sentimentos e trajetórias de vida.

A resistência da história através dos objetos hoje vincula-se também a um espaço de memória e ao trabalho que este desenvolve. Buscando encontrar as ressonâncias necessárias para que possa permanecer é preciso estar em constante processo de transformação, apropriação e escuta do outro, seja este o paciente, o visitante ou a sociedade.

## Referências

ABREU, Regina. Os Museu Enquanto Sistema: por uma revisão da contribuição de Gustavo Barroso. In: *Ideólogos do Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro: Departamento de Promoção/IPHAN, 1991. p.91-98.

BRASIL. Lei nº 9.010, de 29 de março de 1995. Dispõe sobre a terminologia oficial relativa à hanseníase e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 de março de

---

<sup>15</sup> Conceito de Bruno Brulon Soares (2012), que considera museus e teatro como análogos, nos quais são realizados novos arranjos das coisas da realidade, reapresentando o real. O autor aponta que “[...] a performance foi definida por ser geralmente ordenada por uma estrutura dramática, um enredo que confere sentido e dá vida aos códigos comunicativos interdependentes de um grupo social.” (SOARES, 2012. p.195). Mais informações em: (SOARES, 2012)

<sup>16</sup> Conceito de Joël Candau (2011), no qual o autor realiza uma associação entre os neurotransmissores e sociotransmissores. Considerando que os neurotransmissores são moléculas responsáveis pela comunicação no Sistema Nervoso, que originam a transmissão sináptica, proporcionando que um impulso nervoso seja passado para outra célula. Os sociotransmissores seriam as pessoas e mecanismos sociais responsáveis por fazer a ligação entre a memória e identidade em um determinado grupo social, construindo e reforçando uma narrativa, assim como as transmissões sinápticas. Mais informações em: (CANDAU, 2016).

1995. Seção 1. p. 4509. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9010.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9010.htm)>. Acesso em: 15 set. 2017

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Museus e Pedagogia Museológica: os caminhos para a administração dos indicadores da memória. IN: *As várias faces do Patrimônio*. Santa Maria: LEPA/UFMS, 2006. p.119-140.

CANAU, Joël. *Memória e Identidade*. Tradução de: Maria Letícia Ferreira. 1ed., 3º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016, 224 p.

CHAGAS, Mário de. Memória e Poder: dois movimentos. IN: *Cadernos de Sociomuseologia*. n.19, 2002, p.35–67.

CHAGAS, Mario; GOUVEIA, Inês. Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). IN: *Cadernos do CEOM*. Ano 27, n. 41, 2014, p. 09-22. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2592/1523>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. n.34, 2012, p.147-165. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Numero%2034.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

CUNHA, Ana Zoé Schilling da. *Hanseníase: A História de um Problema de Saúde Pública*. 1997. 101f. (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade de Santa Cruz do Sul, 1997,

DEBARY, Octave. Déchets et Mémoires: Que Faire des Restes de L'histoire? De la Poubelle au Musée. IN: *Revista Morpheus - Estudos Interdisciplinares em Memória Social*. Rio De Janeiro, v. 9, n. 16. 2016, p.02-13. Disponível em: <<http://www.seer.unirio.br/index.php/morpheus/article/view/6159/pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

DOHMAN, Marcus. A Experiência Material: A Cultura do Objeto. In: *A Experiência Material: A Cultura do Objeto*. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro Books. 2013. p.31-46.

DOHMAN, Marcus. O Objeto e a Experiência Material. IN: *Arte & Ensaios*. n.20, 2010, p.71-77.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para Além da Pedra e Cal: Por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e Patrimônio: Ensaios Contemporâneos*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 59-79.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O espírito e a matéria: o patrimônio enquanto categoria de pensamento. In: *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônio*. Rio de Janeiro, 2007, p. 107-116.

GONÇALVES, José. Reginaldo. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. IN: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, 2005.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. Museologia e Museu [1979]. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*, v.1, 1.ed., São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado de Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010b. p.78-85.

JULIÃO, Leticia. Apontamentos sobre a história do museu. In: *Caderno de Diretrizes Museológicas*. Brasília: Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Departamento de Museus e Centros Culturais, Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/ Superintendência de Museus. 2ªed. 2006. p.17-30.

JULIÃO, Leticia. Os Museus e a preservação do patrimônio no Brasil. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro; BEZARRA, Rafael Zamorano (orgs). *90 anos do Museu Histórico Nacional em debate (1922-2012)*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2014. p. 173-186.

KAGAN, Richard L. Clio and the Crown: Writing History in Habsburg Spain. In: KAGAN, Richard L.; PARKER, Geoffrey. *Spain, Europe, and the atlantic world: essays in honor of John H. Elliot*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 73-99, *apud*: SILVEIRA, Pedro Telles da.

Qual o lugar da história oficial na história da historiografia? IN: *História da Historiografia*. Ouro Preto. n. 7. p. 338-344, nov./dez. 2011.

MEDEIROS, Helena Thomassim. Hospital Colônia Itapuã: História e Patrimônio. In: *Mouseion*. Canoas, n.28. 2017, p. 111-122. Disponível em: <<https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/view/4167>>. Acesso em: 23 mai 2018.

MEDEIROS, Helena Thomassim; SERRES, Juliane Conceição Primon. Memorial HCI: o imaterial na materialidade. In: KNACK, Eduardo Roberto Jordão; FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi; POLONI, Rita Juliana Soares (Orgs.). *Memória e Patrimônio: temas e debates*. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018. p. 389-402.

MENDOZA, Celina A. Lértora. ¿Por que Hacemos Colecciones? IN: *Episteme*. Porto Alegre, n.20, p.217-228, 2005.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Memória e Cultura Material: documentos pessoais no espaço público. IN: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, n.21, p.89-103, 1998.

POMIAN, Krzysztof. Coleções. In: Enciclopédia Einaudi – Memória-História: Lisboa, Imprensa Oficial/ Casa da Moeda. 1984. p.51-84.

POSSAMAI, Zita Rosane. As artimanhas do percurso museal: narrativas sobre objetos e peças de museu. IN *Mouseion*. v. 4, n.7. p.64-72, 2010.

PROENÇA, Fernanda Barrinuevo. *Os escolhidos de São Francisco: a aliança entre Estado e Igreja para a profilaxia da lepra na criação e no cotidiano do Hospital Colônia Itapuã – (1930-1940) 2005. 149f.* (Mestrado em História) PUC-RS. Porto Alegre, 2005.

RIBEIRO, Antonio Cláudio Lopes. As políticas e aquisição do MHN (1922 x 1996): do protagonismo das elites ao discurso dialético da diversidade da representação. IN: *Anais do Museu Histórico Nacional*. nº 39, Rio de Janeiro: MHN, p. 433-454, 2007.

ROQUE, M. Isabel Rocha. Comunicação no Museu. In: Sagra Fassa Benchetrit; Rafael Zamorano Bezerra; Aline Montenegro Magalhães. (Org.). *Museus e Comunicação: exposição como objeto de estudo*. 01ed. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, v.1. 2010. p. 47-68.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. O Papel dos museus na construção de “uma identidade nacional”. IN: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Vol. XXX, Rio de Janeiro, p. 21-36, 1996.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. Reflexões sobre a Nova Museologia. IN: *Cadernos de Sociomuseologia*, v.18, n.18, p. 93-193, 2002. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/363>> Acesso em: 18 jun 2019.

SANTOS, Vicente Saul Moreira dos. *Entidades Filantrópicas & Políticas Públicas no Combate à Lepra: Ministério Gustavo Capanema (1934-1945)*. 2006. 163f. (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz, Rio De Janeiro, 2006.

SAVASSI, Leonardo Cançado Monteiro. *Hanseníase: políticas públicas e qualidade de vida de pacientes e seus cuidadores*. 2010. 196f. (Mestrado em Ciências/ Saúde Coletiva) - Belo Horizonte, 2010.

SERRES, Juliane Conceição Primon. “Não Caminhamos Sós”: Hospital Colônia Itapuã e o Combate à Lepra no Rio Grande do Sul (1920-1950). 2004, 285f. (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2004.

SCHEINER, Tereza Cristina Moletta. Museu, museologia e a ‘relação específica’: considerações sobre os fundamentos teóricos do campo museal. IN: *Revista Ciência da Informação*, v. 42, n. 3, set./dez., p.358-378, 2013.

SCHEINER, Tereza Cristina Moletta. Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas. IN: *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Belém, v. 7, n. 1, p. 15-30, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v7n1/a03v7n1.pdf>> Acesso em: 14 jun 2019.

SOARES, Bruno Brulon. Entre o Reflexo e a Reflexão: Por Detrás das Cortinas da Performance Museal. IN: ICOFOM LAM, 21<sup>o</sup>., 2012, Petrópolis. *Documentos de trabalho do 21<sup>o</sup> Encontro Regional do ICOFOM LAM 2012.*, Nov/ 2012, p. 192 – 204, v.1.

---

Data de recebimento: 27.03.2019

Data de aceite: 28.06.2019